

-----**ATA N.º 7/2021**-----

-----Aos treze dias, do mês de dezembro, do ano de dois mil e vinte e um, pelas vinte horas, no Auditório do Centro Cultural de Celorico da Beira, reuniu Ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a presidência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Denise do Nascimento Fragona.-----

-----Verificada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa, secretariada pela Senhora Deputada Maria Antónia Melo e Sá Lucas da Silva e pelo Senhor Deputado Luís Alberto Pereira Nunes Lourenço Marques, na qualidade de primeira e segundo secretários, respetivamente, declarou aberta a sessão. -----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu ao público presente, e a quem seguia a transmissão *online* desta sessão.-----

-----De seguida, deu conhecimento de que a Senhora Deputada Mariana Flor Neves dos Santos informou, por via correio eletrónico, datado de dez de dezembro de dois mil e vinte e um, com registo de entrada número noventa e sete, que iria estar ausente no período compreendido entre os dias doze e vinte de dezembro, tendo solicitado a sua substituição. Nesse sentido, e nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista do PSD, a Senhora Ana Cristina Dias Pires. -----

-----**Efetuada a chamada compareceram a esta sessão os seguintes membros:**-----

-----José Miguel Neves Figueiredo;-----

-----Joaquim Lopes de Abreu;-----

-----Alexandra Isabel Henriques Sena;-----

-----Maria Antónia Melo e Sá Lucas da Silva;-----

-----Carlos Miguel da Costa Cunha;-----

-----Luís Alberto Pereira Nunes Lourenço Marques;-----
-----Flávio Manuel Granjal de Sá;-----
-----Cláudia Maria Geraldês Aguiar;-----
-----Ana Cláudia Rodrigues Marques; -----
-----Ana Cristina Dias Pires, em substituição da Senhora Mariana Flor
Neves dos Santos;-----
-----Tiago Alexandre Dias dos Santos Silva;-----
-----José Jorge Silva;-----
-----Vera Patrícia Caçador de Almeida Rebelo;-----
-----António dos Santos;-----
-----Ricardo Jorge Almeida Coelho;-----
-----Armando Augusto, Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal; -----
-----João Filipe Ventura de Almeida Carvalho, Presidente da Junta de
Freguesia da Carrapichana;-----
-----Manuel Martins da Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Casas
do Soeiro; -----
-----Bruno Alexandre Castro de Almeida, Presidente da Junta de
Freguesia do Fornotelheiro;-----
-----Rui Filipe da Fonseca Ascensão, Presidente da Junta de Freguesia
de Lageosa do Mondego;-----
-----Paulo dos Santos Cunha, Presidente da Junta de Freguesia de
Linhares da Beira; -----
-----André Diogo de Jesus Correia, Presidente da Junta de Freguesia de
Maçal do Chão;-----
-----António Joaquim Fernandes Gomes, Presidente da Junta de
Freguesia da Mesquitela;-----
-----Francisco Duarte Amaro Coito, Presidente da Junta de Freguesia de
Minhocal;-----
-----João Carlos Ferreira dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia
de Prados; -----

-----Susana Maria Dias Cabral Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira; -----

-----Filipe Miguel Rosa Guerra, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares; -----

-----Rui Manuel Dias Bernardo, Presidente da União de Freguesias de Açores e Velosa; -----

-----António Carlos Nunes Gomes, Presidente da União de Freguesias de Cortiçô da Serra, Vide entre Vinhas e Salgueirais; -----

-----António da Fonseca Ascensão, Presidente da União de Freguesias de Rapa e Cadafaz; -----

-----Fernando Fonseca Veiga, Presidente da União de Freguesias de Celorico da Beira (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego. -----

-----**Faltou a esta sessão o seguinte membro:**-----

-----Francisco José Pereira Marques Cabral.-----

-----Estiveram presentes nesta sessão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel da Fonseca Ascensão e os Senhores Vereadores José Albano Pereira Marques, Teresa Ferrão Cardoso, José Alfredo de Almeida Silva e Maria Teresa Carvalho Campos Meireles da Cunha.-----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 1, do art.º 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de tempo para “Intervenção do Público”. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento da receção, via *email*, da intervenção da munícipe Lia Nunes, com registo de entrada número setenta e dois, datada de treze de outubro, de dois mil e vinte e um, que de seguida se reproduz integralmente: -----

-----“Senhora presidente da assembleia municipal -----

-----Senhor presidente do executivo municipal-----
-----Senhoras e senhores vereadores -----
-----Senhoras e senhores presidentes das juntas de freguesia-----
-----Senhoras e senhores deputados -----
-----Antes de mais congratulá-los pela vossa eleição e desejar os maiores sucessos para este mandato que se inicia. -----
-----Lembrando sempre que fostes eleitos pelo povo para representar as suas demandas, exigências e críticas. Fostes eleitos para mandar, que o façais obedecendo. Obedecendo aos compromissos realizados com Celorico e aos mais altos princípios éticos que devem reger os mandatados pelos concidadãos para governar o bem comum. Esses compromissos foram realizados em forma de programa eleitoral, e os eleitores votaram em função do programa que desejam ver realizado nos próximos 4 anos. ---
Para que isso de facto aconteça seria bom que os Celoricenses se recordassem que Celorico são as pessoas. E que ser cidadão não é apenas votar de quatro anos, torcendo pelo seu partido ou candidato como se torce num jogo de futebol. A coisa pública, a *res publica* é bem mais que isso. E por isso devemos ser políticos todos os dias estando atentos ao que se passa na nossa rua, na nossa freguesia, no nosso concelho e na nossa região. Devemos ser políticos em todas as assembleias municipais, mesmo não intervindo exigindo aos deputados que elegemos que intervenham e discutam os assuntos colocados em ordem de trabalhos. Devemos ser políticos lendo as atas de reuniões de assembleia e do executivo municipal (que desde já recorro que não estão publicadas desde julho, e que apelo ao Sr. presidente e aos senhoras vereadores que tornem públicas como fizeram com as reuniões da assembleia e possibilitem a sua transmissão online). Devem ser políticos fazendo mais que criticar nos cafés que é saudável e necessário mas insuficiente: há que participar nas atividades públicas e nos espaços públicos do município, que se não existem deveriam existir. Não vale de muito a queixa sem a intervenção; e a câmara municipal só não faz mais porque mais não lhe é exigido. Como

cidadãos devemos estar atentos e exigir que os que elegemos façam o seu melhor, em sede própria, como toda a transparência que a vida democrática nos permite exercer. -----

-----Nada disto é poesia; o Sr. Presidente, com a sua formação em filosofia, sabe bem que é uma questão prática. Quaisquer constrangimentos que tenha sentido no seu primeiro mandato que não sejam impedimento para colocar esta casa democrática em ordem no segundo: escolheu a sua equipa e Celorico escolheu confiar em ambos. Apelo a que os celoricenses saibam ser cidadãos e acompanhem a vida pública da nossa terra! Porque é também o que os nossos políticos precisam para fazer mais e melhor. Cá estaremos para acompanhar e partilhar este mandato, porque em última análise, os cidadãos estão sempre presentes na governação; se não estão, deveriam estar. E que esse seja um compromisso público!“ -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----De acordo com o disposto no art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente procedeu à abertura de um período de antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município.-----

-----Questionados os Senhores Deputados sobre a pretensão de intervir, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Cunha** que, após cumprimentar todos os presentes, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que explicasse aos celoricenses, o ponto da situação das obras das Piscinas Municipais, das Casas de Acesso ao Castelo, da Escola C+S e por fim, do Canil, uma vez que são constantemente interpelados na rua relativamente às mesmas.-----

-----De seguida, passou a formalizar dois votos de pesar que a seguir se reproduzem integralmente:-----

-----“VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SR. ANTÓNIO CARLOS DE ALMEIDA CABRAL-----

-----Celorico da Beira perdeu um homem de causas, um homem dedicado, sério e exemplar no que dele dependesse para o desenvolvimento deste Concelho.-----

-----Nasceu a 10 de fevereiro de 1961 na freguesia de Ratoeira e, desde então, o Sr. Carlos Cabral (nome pelo qual, por todos era carinhosamente conhecido) pautou por ser um homem de família, amigo do amigo e acima de tudo um grande ser Humano. -----

-----Desde novo que se envolveu no associativismo, ajudando os seus concidadãos no desenvolvimento da sua sempre amada freguesia de Ratoeira. Com o passar dos anos envolveu-se ainda mais no associativismo e em causas sociais. Foi membro da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Celorico da Beira, membro do Sporting Clube Celoricense e, desempenhou também o cargo de Vice-Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Celorico da Beira, cargo que exerceu com todo o rigor e dedicação. -----

-----Dia 4 de novembro de 2021 será sempre um dia para recordar o exemplo de homem, cidadão e amigo que foi Carlos Cabral.-----

-----A Assembleia Municipal de Celorico da Beira, reunida em sessão ordinária no dia 13 de dezembro de 2021, aprova um voto de pesar pelo falecimento, endereçando as mais sentidas condolências à família. -----

-----Celorico da Beira, 13 de dezembro de 2021. -----

-----O Grupo Municipal do PPD/PSD” -----

-----“VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SR. ANTÓNIO VAZ DA SILVA-----

-----O dia 4 de dezembro de 2021 será sempre lembrado como um dia triste para o Concelho de Celorico da Beira. -----

-----Perdeu-se um homem dedicado e determinado em estar sempre na linha da frente na ajuda à causa pública. O Sr. Vaz da Silva (nome pelo qual, por todos era carinhosamente conhecido) nasceu no dia 22 de julho

de 1946, e desde muito novo foi um cidadão exemplar, crítico e interessado em ser parte integrante no associativismo do Concelho. Foi membro da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Celorico da Beira, membro do Sporting Clube Celoricense e, até ao dia do seu falecimento desempenhou o cargo de Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Celorico da Beira, cargo que exerceu com todo o rigor e dedicação, até ao último dia da sua vida. Era também militante do PPD/PSD, partido no qual foi candidato à Câmara Municipal de Celorico da Beira nas últimas autárquicas. -----

-----Celorico da Beira perdeu um filho e amigo, mas ficará para sempre a obra e o exemplo do ser Humano. -----

-----A Assembleia Municipal de Celorico da Beira, reunida em sessão ordinária no dia 13 de dezembro de 2021, aprova um voto de pesar pelo falecimento, endereçando as mais sentidas condolências à família. -----

-----Celorico da Beira, 13 de dezembro de 2021 -----

-----O Grupo Municipal do PPD/PSD” -----

-----No uso da palavra e após cumprimentar todos os presentes, a Senhora **Deputada Alexandra Sena** apresentou um Voto de Congratulação, que a seguir se reproduz integralmente: -----

-----“VOTO DE CONGRATULAÇÃO-----

-----O Grupo Municipal do Partido Socialista vem, ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artigo 57º do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, apresentar e submeter à votação da Assembleia Municipal, um voto de congratulação a Alexandra Fernandes Veloso, nos termos seguintes: ----

-----No passado dia 10 de outubro, a Alexandra Veloso, residente em Celorico da Beira, sagrou-se vencedora num concurso nacional de beleza na categoria “Miss Teen Serra da Estrela”, numa cerimónia que teve lugar na Quinta do Moinho, na Aldeia Viçosa. -----

-----A vitória nesta competição representa um feito considerável, tendo em conta o número de candidatas que se apresentaram a concurso, representando vários concelhos e distritos da região da Serra da Estrela. ---

-----Mas esta vitória representa também o início de uma nova etapa, dado que permite que a Alexandra Veloso represente a Região da Serra da Estrela no “Concurso Nacional Miss Teen Portugal”, para o qual lhe desejamos boa sorte e muito sucesso. -----

-----Pelo feito alcançado, a Alexandra Veloso elevou e dignificou o nome de Celorico da Beira e das nossas gentes, levando o nome do nosso Concelho para além das fronteiras concelhias. A sua participação não apenas afirma o nome de Celorico da Beira, como é uma montra da nossa população, da nossa cultura e das nossas tradições.-----

-----Desta forma, propõe-se o seguinte voto de congratulação:-----

-----A Assembleia Municipal de Celorico da Beira, reunida em Sessão Ordinária, em 13 de dezembro de 2021, delibera aprovar um voto de congratulação a Alexandra Fernandes Veloso, felicitando-a pela vitória alcançada, apoiando-a nas novas etapas da competição e agradecendo-lhe por ter ajudado a projetar o nome de Celorico da Beira, na esperança última de que possa ajudar a inspirar os nossos jovens a lutarem pelos seus objetivos. -----

-----Celorico da Beira, 13 de dezembro de 2021 -----

-----Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista” -----

-----De seguida, a Senhora **Deputada Ana Cláudia Marques**, após cumprimentar todos os presentes, apresentou um Voto de Congratulação, que a seguir se reproduz integralmente:-----

-----“VOTO DE CONGRATULAÇÃO-----

-----O Grupo Municipal do Partido Socialista vem, ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artigo 57º do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, apresentar e submeter à votação da Assembleia Municipal, um voto

de congratulação a Sandra Rodrigues Olival, César Ferrinho de Olival e Pedro Jorge Delgado Veloso, nos termos seguintes: -----

-----No passado dia 21 de novembro, decorreu no Dubai, o 25º Campeonato do Mundo de Parakaraté do *World Karate Federation* (WKF), uma prova de Karaté para atletas com deficiência. -----

-----Nessa competição, dois atletas nacionais, António Pereira e João Azevedo, foram medalhados, tendo obtido o terceiro lugar, cada um na respetiva categoria. Importa, por isso, desde logo, enaltecer o mérito individual do António e do João, que nos orgulha enquanto portugueses, principalmente por terem sido os primeiros Parakarátécas portugueses a ser medalhados num campeonato do mundo. -----

-----Não obstante, enquanto celoricenses cumpre-nos salientar o papel desempenhado pelos seus treinadores. Na verdade, o António foi e é treinado pela Sandra Olival e pelo César Olival e o João foi e é treinado pelo Pedro Veloso. -----

-----Sabemos que, nesta como noutras competições, o papel do treinador é da maior importância, pelas funções que desempenha na elaboração e implementação de um plano de treinos, pela monitorização constante dos atletas, pelo apoio emocional que lhes prestam e por serem, muitas vezes, a sua fonte de energia e de inspiração. -----

-----Não hesitamos, por isso, em considerar que o sucesso dos nossos medalhados representa também o sucesso dos seus treinadores, todos eles, nossos concidadãos celoricenses, com as suas vitórias projetando o nome de Celorico da Beira no mundo e contribuindo para a boa imagem e reputação do nosso país e, em particular, do nosso concelho. -----

-----Desta forma, pedimos deliberação por parte da Assembleia Municipal nos seguintes termos: -----

-----A Assembleia Municipal de Celorico da Beira, reunida em Sessão Ordinária, em 13 de dezembro de 2021, delibera aprovar um voto de congratulação a Sandra Rodrigues Olival, César Ferrinho de Olival e Pedro Jorge Delgado Veloso, reconhecendo os seus profissionalismo e dedicação,

agradecendo a boa imagem que deixaram de Celorico da Beira no cenário olímpico e mundial e motivando-os para que continuem a orgulhar-nos e a levar além-fronteiras o nome de Celorico da Beira.-----

-----Celorico da Beira, 13 de dezembro de 2021 -----

-----Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista.”-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, o Senhor **Deputado José Miguel** referiu que no pretérito dia doze de novembro teve lugar uma cerimónia de entrega de prémios do concurso Queijos de Portugal, em que estiveram em prova mais de uma centena de queijos, em representação de cinquenta e quatro empresas nacionais. -----

-----De seguida, disse que o referido evento é considerado, pelos seus organizadores, um dos momentos mais altos, mais esperados e mais importante para o sector e para a comercialização deste produto lácteo. Nas categorias que respeitam ao Concelho de Celorico da Beira, a saber, queijos de ovelha amanteigado e queijos de ovelha cura normal, sagraram-se vencedoras uma queijaria de Vila Franca das Naves e uma queijaria de Fornos de Algodres. Sem prejuízo do mérito dos vencedores, é com enorme tristeza e preocupação que constata que Celorico da Beira não alcançou qualquer troféu, quando para além da produção artesanal, apresenta duas queijarias com selo PME Líder e se afirma como Capital do Queijo Serra da Estrela. Desconhece se os produtores do Concelho chegaram a participar no evento, no entanto, atendendo à importância económica e social que o Queijo Serra da Estrela representa para o Concelho, acredita que o Senhor Presidente da Câmara o possa elucidar. Por conseguinte, pretendeu saber, se o Executivo de Celorico da Beira teve conhecimento do referido concurso, se sabe da participação de algum produtor e, em caso afirmativo, se incentivou, de alguma forma, os produtores a participarem. Pretendeu, ainda, saber se o Senhor Presidente da Câmara tem algum plano para promover o Queijo Serra da Estrela produzido no Concelho, de forma a poder afirmá-lo quer em termos nacionais, quer em termos internacionais.

Mais disse que é de firme convicção que promover o queijo implica planeamento, exige a elaboração de um plano rigoroso e articulado, pois não podem esperar que o queijo se promova a si mesmo, não podem cogitar que uma feira anual é suficiente, nem podem entender que compete aos produtores fazer esse trabalho de forma isolada e desarticulada. O Queijo Serra da Estrela, produzido localmente, é um produto de todos, do Concelho, cuja produção e comercialização é fonte de rendimento direto e indireto de várias famílias, pelo que há um interesse público na sua promoção, afirmação e divulgação. -----

-----Em forma de conclusão pretendeu saber se o Executivo teve conhecimento e acompanhou o concurso em causa, como também se apoiou empresas locais na sua participação. Solicitou, ainda, que o presente Executivo esclarecesse se tem algum plano consistente, articulado e a longo prazo para a promoção e divulgação do queijo produzido pelos produtores de Celorico da Beira. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara a fim de prestar as informações e esclarecimentos tidos por convenientes. -----

-----Após cumprimentar todos os presentes, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** começou por alertar a população para que tenham as devidas precauções, sobretudo, nesta altura de festas que se aproxima, pois o flagelo da pandemia continua. -----

-----No que concerne à intervenção do Senhor Deputado Carlos Cunha, expressou, também, o sentido pesar na perda de dois amigos, o Senhor Carlos Cabral e o Senhor Vaz da Silva, pessoas que deixam saudades e a cujos anseios, tanto de um como de outro, darão continuidade. -----

-----Relativamente à questão das obras, de uma forma muito genérica, respondeu que há um atraso significativo que tem sido analisado nas várias instâncias, quer ao nível da CIMBSE – Comunidade Intermunicipal das

Beiras e Serra da Estrela, como ao nível da CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, bem como a nível superior, concluindo que a falta de matérias-primas leva a movimentos especulativos e, sobretudo, a uma subida desenfreada dos preços, o que acarreta consequências para os empresários dos vários ramos e, sobretudo, da construção civil. Também existe uma grande preocupação com a falta de mão-de-obra especializada que é visível tanto na região, como pelo País inteiro e até mesmo ao nível da Europa. Por conseguinte, quando se abrem concursos há prazos que têm de ser cumpridos e, no caso das Piscinas Municipais, de facto, previam a abertura para setembro. Na verdade, as obras estão avançadas, ainda assim, não tanto quanto se pretendia, dado que a execução está aquém das expectativas. Porém, todas as obras previstas no quadro financeiro 2020 têm de estar concluídas até junho de dois mil e vinte e três. Adiantou, ainda, que aguardam por um subsídio e têm a expectativa que até ao final consigam cativar financiamentos que cubram a maior parte do custo da obra, desonerando o pacote financeiro do Município. -----

-----Quanto ao Canil Municipal, informou que o empreiteiro prevê que esteja concluído em março do próximo ano. O mesmo se verifica com a obra da Escola C+S, que apesar de todas as vicissitudes, segue no bom caminho, bem como, a intervenção das Casas de Acesso ao Castelo. Como tal, tem a convicção de que no próximo ano, todas estas obras já irão fazer de Celorico da Beira uma terra mais atrativa e com outro potencial para o futuro. -----

-----Retomou o tema das Piscinas Municipais, para dizer que na altura em que foram construídas, Celorico da Beira ficou muito à frente relativamente a outros Concelhos, pois eram, praticamente, as únicas a nível do Distrito e da Região. Considera que aquele espaço tem uma grande valia e com a reestruturação que está a ser efetuada vai ficar mais atrativo e de grande qualidade. -----

-----Prosseguiu referindo, também, o Largo da Corredoura que está a ser intervencionado e, que na sua opinião, irá ficar mais bonito, assim como, têm a intenção de recuperar o espaço da Escola Profissional, de forma a contribuir, determinantemente, para um novo rumo e progresso de Celorico da Beira.-----

-----Para além destas obras, existe ainda a pretensão de concretizar alguns projetos, porquanto têm de ter respostas para aplicação do dinheiro que virá do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência. Sintetizou dizendo que não é por falta de vontade do Executivo que as obras não estão mais avançadas, mas sim pela realidade nacional e até transnacional, tendo em conta as dificuldades trazidas pela pandemia. Contudo, espera-se que, sobretudo, no primeiro trimestre do próximo ano aconteça o culminar de todas estas obras.-----

-----Relativamente aos votos de congratulação apresentados pela bancada do PS, no que se refere à jovem Alexandra Fernandes Veloso, de facto, é sempre um orgulho quando alguém do Concelho se distingue num concurso. Da mesma forma, como já têm sido recorrentes, os júbilos ligados ao *Karaté*, nomeadamente, com o pioneirismo do Senhor César Olival, da sua filha, Sandra Olival e do Senhor Pedro Veloso e todo um conjunto de atletas associados que, sobretudo, por sua influência têm levado o nome de Celorico muito além, não só em termos nacionais, como internacionais e todo o sucesso de qualquer conterrâneo deve ser um regozijo para todos. --

-----Sobre a intervenção do Senhor Deputado José Miguel, no que refere à questão do concurso Queijos de Portugal referiu que o queijo produzido localmente envolve tradição e esforço. Este produto ex-libris de Celorico da Beira é considerado um dos mais consagrados a nível nacional, nas suas vertentes, Queijo Serra da Estrela amanteigado ou queijo velho curado. Têm tentado desenvolver esforços integrando movimentos que vão de encontro à valorização do produto e das pessoas trazendo um retorno justo para os produtores. Também partilha da ideia que cada vez mais, tudo se consegue em equipa, ganhando força e dimensão, pois quando se fala em

Queijo da Serra, vão ao encontro de quatro Distritos, Guarda, Viseu, Coimbra e Castelo Branco. A tradição e a qualidade devem ser afirmadas, embora se saiba das dificuldades, cujas contrapartidas nem sempre existem para quem aposta neste produto que, como já referiu, é apreciado tanto a nível nacional como internacional, dando como exemplo os Estados Unidos e o Brasil. -----

-----Ainda sobre o assunto referiu que a Câmara Municipal não teve conhecimento do supramencionado concurso, no entanto acredita que os produtores individualmente o tenham tido. Quanto ao apoio aos produtores, o Município tem cooperado relativamente à certificação, ao processo dos rótulos do queijo, da vacinação dos animais e do escoamento do produto através do Solar do Queijo da Serra da Estrela. Adiantou, ainda, que existe, também, uma parceria com a Estrelacoop e com a Ancose para a valorização deste produto. As feiras, de facto, não são suficientes, no entanto, considera serem importantes, uma vez que no ano transato, com a criação da plataforma digital, conseguiram o escoamento do produto, tendo recebido os parabéns por parte da Senhora Ministra da Coesão Territorial. Salientou que estão empenhados e envolvidos com parceiros locais e regionais, a nível da Serra da Estrela e tem havido alguns financiamentos para este produto, porém tem de haver mais, pois é uma responsabilidade de todos. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento que, no passado fim de semana, esteve presente no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses - ANMP, em representação da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, na qualidade de Presidente. Foi uma experiência pessoal e politicamente muito interessante e gratificante. Congratulou-se por ter sido, pela primeira vez, eleita uma mulher para líder da ANMP. Acrescentou que, para além de serem eleitos os órgãos da ANMP, foram discutidos temas, como a transferência de competências, que já está a preocupar os Autarcas, e a

Regionalização, que irão estar na ordem do dia nos próximos anos e que são de grande importância para o poder local. -----

-----De seguida colocou à votação os Votos de Pesar apresentados pela Bancada do PPD/PSD, bem como os Votos de Congratulação apresentados pela Bancada do PS, de acordo com o disposto no n.º 5, do art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal. -----

-----O Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor António Carlos de Almeida Cabral foi aprovado por unanimidade. -----

-----O Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor António Vaz da Silva foi aprovado por unanimidade. -----

-----O Voto de Congratulação a Alexandra Fernandes Veloso foi aprovado por unanimidade. -----

-----O Voto de Congratulação a Sandra Rodrigues Olival, César Ferrinho de Olival e Pedro Jorge Delgado Veloso foi aprovado por unanimidade. -----

-----De seguida a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu cumprimento a um minuto de silêncio em memória dos Senhores António Carlos de Almeida Cabral e António Vaz da Silva. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1. APROVAÇÃO DA ATA DA 1ª SESSÃO DE FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO DIA TREZE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM**-----

-----Foi presente a ata número cinco, referente à 1ª sessão de funcionamento da Assembleia Municipal do dia treze, do mês de outubro,

do ano de dois mil e vinte e um, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura e depois de feitas as devidas correções, foi a mesma aprovada, por unanimidade.** -----

-----**2. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA DEZANOVE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM** -----

-----Foi presente a ata número seis, referente à sessão extraordinária do dia dezanove, do mês de novembro, do ano de dois mil e vinte e um, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura e depois de feitas as devidas correções, foi a mesma aprovada, por maioria, com uma abstenção.** -----

-----**3. RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA** -----

-----O Senhor **Deputado Luís Alberto Pereira Nunes Lourenço Marques**, segundo secretário da mesa da Assembleia, deu conhecimento do expediente da Assembleia Municipal, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (1), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão, que se encontra na secção de apoio aos órgãos municipais, para quem pretenda consultar. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre a temática do lítio em Celorico da Beira, no sentido de saber se a Câmara foi abordada por algum interessado nessa área, passando-lhe a palavra, de seguida, para a apresentação da Informação Escrita. -----

-----4. **INFORMAÇÃO ESCRITA DO EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

-----Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da atividade do Executivo, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (2), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----Após uma breve apresentação da Informação escrita, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** em resposta à questão da Senhora Presidente da Mesa, esclareceu que, há cerca de três anos, referenciaram-se alguns núcleos no Concelho, onde o lítio estava presente de forma residual. No entanto, até ao momento nunca foram abordados por ninguém interessado na exploração do mesmo, o que o deixa com alguma tranquilidade, uma vez que é um tema que o preocupa. -----

-----5. **2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GOP'S 2021** -----

-----Sobre o assunto em título, foi colocada a discussão e aprovação deste Órgão a 2.ª Revisão ao Orçamento e GOP's de 2021, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (3), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----Esteve presente nesta sessão, o Técnico responsável pela Secção de Contabilidade, Dr. José Tavares, para prestar os esclarecimentos necessários. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** fez uma breve explanação sobre o assunto, onde esclareceu que é habitual no final do ano proceder-se a uma revisão ao Orçamento, de forma a fazer-se um

ajustamento relativamente àquilo que foi a atividade, o que foi orçamentado e o que foi planeado para o ano em questão. Tendo a preocupação em que as previsões sejam as mais fidedignas possíveis, algumas situações acabaram por não ser exequíveis, nomeadamente algumas obras que não tiveram a sua execução e daí, a necessidade em ajustar o Orçamento em cerca de um milhão de euros. -----

-----De seguida, passou a palavra ao Técnico José Tavares para prestar um esclarecimento mais técnico relativamente ao assunto.-----

-----O Técnico esclareceu que a presente Revisão Orçamental tem como objetivo ajustar o valor do Orçamento do Município, para um valor mais próximo da realidade, tendo em conta os projetos realmente executados em dois mil e vinte e um. O ajustamento do Orçamento do corrente ano foi efetuado, na sua maior parte, nas despesas de capital que não tiveram execução, nomeadamente através da redução das dotações de diversas rubricas orçamentais cujos projetos não iniciaram, ou cuja dotação é superior à execução esperada até ao final do ano. Foram acrescentados valores para os anos seguintes nas rubricas relativas a despesas com *leasings*, tanto em capital, como em juros. Foi igualmente acrescentada ao Orçamento e dotada uma rubrica relativa a alargamentos da rede de iluminação pública. -----

-----O ajuste orçamental é feito de igual modo no orçamento da receita, na sua maior parte através do acerto das receitas relativas a cofinanciamentos, visto que a maior parte dos projetos anulados na despesa, estimavam receita resultante de candidaturas. Este ajuste implica uma redução ao Orçamento de cerca de um milhão, duzentos e dez mil euros, que também permite apresentar uma execução orçamental mais próxima da realidade. O Orçamento passará assim de um valor de 24.517.337,06€, para 23.306.486,51€.-----

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e dois votos a favor, quatro abstenções e seis votos contra, aprovar a 2.ª Revisão ao Orçamento e GOP's do ano 2021.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.* -----

-----**6. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DE IMI PARA 2021**-----

-----Sobre o assunto em título, foi colocada a discussão e aprovação deste Órgão uma proposta da Câmara Municipal, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (4), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão, informando que foi deliberado em reunião do Executivo, realizada no dia vinte e quatro de novembro de dois mil e vinte e um, propor à Assembleia Municipal, que se aplicasse, nos termos do art.º 112.º, do CIMI, uma taxa de 0,8% para prédios rústicos e de 0,4% para prédios urbanos, para o ano de 2021, bem como a aplicação da redução da taxa de IMI prevista no nº 1 do artigo 112º - A, do CIMI, para os agregados familiares com um dependente no valor de 20€, dois dependentes no valor de 40€ e três ou mais dependentes no valor de 70€.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal** que, de uma forma genérica, esclareceu que foi efetuado um longo percurso, até conseguirem ultrapassar as questões financeiras do Município, tendo saído do excesso de endividamento, em fevereiro do corrente ano. No entanto, isso não significa que existam condições para poderem alterar, significativamente a posição que tem vindo a ser tomada. Nesse sentido e tendo em conta aquilo que será melhor, tanto para o Município, como para os munícipes, optaram por seguir a estratégia de manutenção das taxas, uma vez que há custos associados à pandemia existindo um quadro de imprevisibilidade,

quanto ao futuro próximo ou longínquo. Para além de que há fatores objetivos que têm a ver com as verbas que vêm do FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro, que são determinantes para as Autarquias mais pequenas e que, infelizmente, no próximo ano, irão ser significativamente menores, traduzindo-se numa redução previsível de cerca de seiscentos mil euros. Deste modo, tem de haver um equilíbrio e uma precaução relativamente àquilo que é a realidade com que se debatem. -----

-----Relativamente ao IMI, há uma novidade que se prende com a introdução do IMI Familiar, em que há um esbatimento desta taxa, consoante a composição do agregado familiar. -----

-----De seguida, deu a palavra ao Técnico, José Tavares, para uma explicação mais detalhada sobre o assunto. -----

-----O Técnico começou por dizer que, apesar do Orçamento de Estado para dois mil e vinte e dois ainda não ter sido aprovado, prevê-se um corte no valor de quinhentos e setenta mil euros, face a dois mil e vinte e um, para o Município de Celorico da Beira, no âmbito dos mapas de transferências para os Municípios. É transversal a todas as Autarquias e a maior parte desse corte resulta do mecanismo de solidariedade e compensação que está previsto na Lei das Finanças Locais, em que alguns Municípios compensam os mais deficitários, que por falta de atividade, por causa do COVID-19, perderam receita. Nessa sequência não se recomenda uma descida das taxas como medida de prudência, face aos cortes que possam advir do Orçamento de Estado. No entanto, a Lei prevê a possibilidade de, a qualquer altura, a Assembleia Municipal, sob proposta do Executivo, poder aprovar um regulamento para atribuição de benefícios fiscais em diversas matérias. -----

-----Relativamente ao IMI há uma novidade que se prende com o IMI Familiar existindo um desconto de 20€, 40€ ou 70€, tendo em conta um, dois, três ou mais dependentes. -----

-----Retomou a palavra, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** para dizer que relativamente aos equilíbrios e às receitas, não tencionam, apenas, que exista só um quadro estável financeiramente, têm ambição e pretendem que haja capacidade de investimento. Até porque algumas obras estão em curso e exigem investimento por força daquilo que é a Lei, obrigando a uma comparticipação por parte da Autarquia. De igual modo, porque, também, estão num ponto fundamental de afirmação, tendo em conta a questão do PRR e o Portugal 2030 e, nesse sentido, ou há capacidade de criar alguns projetos e tê-los preparados para os desafios que aí vêm, ou então ficam acomodados na gestão corrente equilibrando as contas. Apesar das finanças estarem equilibradas, os projetos implicam a existência de verbas, pois não se fazem obras sem projetos e todos desejam que se catapulte Celorico da Beira, no sentido de ir mais além. -----

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e cinco votos a favor e sete abstenções, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.* -----

-----**7. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DE DERRAMA PARA 2022-**

-----Sobre o assunto em título, foi colocada a discussão e aprovação deste Órgão uma proposta da Câmara Municipal, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (5), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão, informando que foi deliberado em reunião do Executivo, realizada no dia vinte e quatro de novembro de dois mil e vinte e um, propor à Assembleia Municipal, o lançamento de 1,5% de derrama, para o ano de 2022.-----

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e dois votos a favor, quatro abstenções e seis votos contra, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.*-----

-----**8. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS PARA 2022**-----

-----Sobre o assunto em título, foi colocada a discussão e aprovação deste Órgão uma proposta da Câmara Municipal, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (6), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão, informando que foi deliberado em reunião do Executivo, realizada no dia vinte e quatro de novembro de dois mil e vinte e um, propor à Assembleia Municipal, a fixação em 4% da Taxa de Participação Variável de IRS para 2022.-----

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e três votos a favor e nove abstenções, aprovar a participação variável de IRS para o ano económico de 2022, conforme proposto pela Câmara Municipal.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.*-----

-----**9. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA 2022**-----

-----Sobre o assunto em título, foi colocada a discussão e aprovação deste Órgão uma proposta da Câmara Municipal, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (7), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão, informando que foi deliberado em reunião do Executivo, realizada no dia

dez de dezembro de dois mil e vinte e um, propor à Assembleia Municipal, a aplicação, nos termos da Lei n.º 5/2004, de 10/2, a taxa percentual de 0,25%, para o ano de 2022.-----

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com trinta e um votos a favor e uma abstenção, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.*-----

-----**10. ORÇAMENTO E GOP'S 2022**-----

-----Sobre o assunto em título e dando cumprimento ao estipulado na alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, foi o Orçamento e GOP's para o ano de 2022 colocado a discussão e aprovação deste Órgão, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (8), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão.-----

-----Sobre o assunto em epígrafe, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** elucidou que o orçamento é um documento de continuidade, sobretudo de um conjunto de obras que não foram concluídas e que absorvem uma parte significativa das verbas, outras que irão ser iniciadas e projetos cuja pretensão será para iniciar futuramente e que exigem investimento. Para o imediato, têm em mente alguns projetos estruturais para Celorico da Beira, sendo necessária a existência de capacidade financeira para que se possam alavancar. Apesar de terem saído do processo de saneamento financeiro, ou seja, saído do excesso de endividamento, têm de continuar a pagar a dívida. No momento existem condições mais favoráveis, com juros mais baixos e com ampliação do prazo de pagamento, consequência da renegociação da dívida, cujo resultado final será melhor do que anteriormente. Para além da gestão

corrente do Município e das questões ligadas à pandemia, têm de considerar todas as imprevisibilidades que acontecem na gestão de uma Câmara Municipal.-----

-----De seguida, deu a palavra ao Técnico, José Tavares, para fazer a apresentação mais técnica deste documento e prestar os esclarecimentos necessários.-----

-----O Técnico começou por esclarecer que o orçamento é um documento contabilístico elaborado nos termos do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL, Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais – RFALEI e no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas – SNC-AP. Normalmente deve ser aprovado pelo Executivo e submetido à Assembleia Municipal para votação até trinta e um de outubro de cada ano, conforme o disposto no nº1 do art.º 45º do RFALEI. No entanto, devido à realização de Eleições Autárquicas em dois mil e vinte e um, os documentos previsionais para dois mil e vinte e dois podem ser aprovados pelo Executivo e submetidos à Assembleia Municipal para aprovação, até três meses depois da tomada de posse do Órgão Executivo Municipal, conforme o disposto no nº 2, do art.º 45º do RFALEI. -----

-----Prosseguiu dizendo que o Orçamento é um documento contabilístico que deverá definir as estratégias de desenvolvimento do Concelho no médio prazo, estando refletidos no mesmo todos os encargos previstos, da mesma forma, as receitas para cobrir essas mesmas despesas de acordo com os princípios de equilíbrio orçamental previstos no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, no RFALEI, bem como, pela primeira vez, no SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, que entrou em vigor no dia um de janeiro do corrente ano e que vem trazer várias alterações ao nível contabilístico. O n.º1 do art.º 46.º do RFALEI define quais os elementos que deverão constituir o Orçamento Municipal, nomeadamente o relatório que se

apresenta, um mapa resumo de receitas e despesas, um mapa desagregado de receitas e despesa, um normativo de medidas de execução orçamental e proposta das Grandes Opções do Plano (GOP's). Estão refletidas nas GOP's todas as despesas do Município, ou seja, todas as rubricas orçamentais genéricas estão previstas nas GOP's, para além dos projetos específicos que normalmente as compõem. -----

-----Continuou esclarecendo que, o Orçamento é plurianual e contém a previsão de todas as receitas e despesas esperadas nos próximos cinco anos, sendo os valores para o ano de dois mil e vinte e dois vinculativos e os dos restantes anos, meramente indicativos devendo os mesmos ser atualizados anualmente. -----

-----Seguidamente referiu que a situação financeira do Município de Celorico da Beira tem melhorado ao longo dos últimos anos, e apesar do Município ter recorrido em dois mil e dezoito aos mecanismos de recuperação financeira previstos na Lei, nomeadamente o saneamento financeiro, nos termos do art.º 58º do RFALEI, atualmente o Município já não se encontra em situação de excesso de endividamento, tendo inclusive substituído os financiamentos de saneamento financeiro. Esta situação implica que o Município já não esteja sob a alçada de um plano de saneamento financeiro, tendo então mais liberdade financeira e orçamental, apesar de ter de continuar a cumprir com os princípios de equilíbrio financeiro previsto na lei. -----

-----Prosseguiu dizendo que, no Orçamento para dois mil e vinte e dois, foram previstas algumas dívidas antigas ainda pendentes que não puderam ser pagas através do saneamento financeiro. Dentro das dívidas por liquidar deve-se salientar uma dívida à ADSE, que está a ser amortizada através de um acordo de pagamento sem juros, bem como uma dívida à empresa "Águas do Vale do Tejo S.A.", relativa a despesas do ano de dois mil e dezassete que não puderam ser incluídas no saneamento financeiro, mas que foram alvo de negociação com a empresa e com o Ministério do Ambiente, tendo sido assinado um acordo de

regularização de dívida a vinte cinco anos, sendo que os respetivos valores em dívida deverão ser diferidos pelo período de acordo. Estas dívidas apesar de refletidas na sua totalidade nos balanços, apenas deverão ter impacto orçamental nos valores a pagar em cada ano. -----

-----Sublinhou que os valores apresentados no Orçamento refletem, essencialmente, a execução que se espera, entre dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e seis, tendo como objetivo a execução de pelo menos 85% da receita e da despesa em dois mil e vinte e dois. -----

-----No que respeita as receitas para dois mil e vinte e dois, as mesmas foram calculadas, de acordo com a média dos últimos vinte e quatro meses. As receitas para o ano de dois mil e vinte e três, até dois mil e vinte e seis foram estimadas tendo por base os valores de dois mil e vinte e dois atualizados anualmente a uma taxa de 0,9%, visto ser a taxa de inflação prevista para dois mil e vinte e dois na última proposta do Relatório do Orçamento de Estado para dois mil e vinte e dois, com exceção das receitas provenientes de projetos cofinanciados cujas receitas estão dependentes das execuções anuais previstas para cada projeto. Foram igualmente acertadas as rubricas relativas a receitas provenientes do Orçamento de Estado para dois mil e vinte e seis, de modo a cobrir as despesas plurianuais de dois mil e vinte e seis que também incluem valores de anos posteriores. -----

-----Quanto às transferências estatais previstas são as que constam nos mapas anexos ao Orçamento de Estado para dois mil e vinte e um, visto não ter sido ainda aprovado um orçamento para dois mil e vinte e dois. Deve-se salientar que na última proposta de Orçamento de Estado para dois mil e vinte e dois, entretanto chumbada pelo Parlamento, verificava-se um corte de cerca de 537.115€ nas transferências do Estado para o Município. Apesar de esse corte não estar refletido neste orçamento para dois mil e vinte e dois da Autarquia, é de expectar que haja um corte efetivo, situação que terá de ser acautelada no decorrer do ano de dois mil

e vinte e dois. Para o ano de dois mil e vinte e três e seguintes, os valores dos fundos estatais também foram atualizados anualmente à taxa de 0,9%.

-----Acrescentou que em dois mil e vinte e dois dever-se-á também realizar uma modificação orçamental para transitar o saldo orçamental de dois mil e vinte e um, que constituirá uma eventual receita adicional, mas que só poderá ser tida em consideração após o apuramento dos fluxos de caixa de dois mil e vinte e um. Esta transição do saldo de dois mil e vinte e um, para dois mil e vinte e dois, permitirá reforçar algumas rubricas de despesa e compensar eventuais perdas de receita com a aprovação do Orçamento de Estado para dois mil e vinte e dois. -----

-----Disse, ainda, que os fundos comunitários a receber foram calculados de acordo com as participações a receber das candidaturas que se prevê que sejam executadas entre dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e seis. Aquando da análise da despesa serão discriminados os valores mais relevantes de receita por projeto. -----

-----No que se refere às despesas correntes, as relativas a bens e serviços foram calculadas tendo em conta a média da despesa dos últimos doze meses, à exceção das situações cujas despesas estão previstas em contratos, protocolos e acordos onde se previu as despesas dos compromissos plurianuais. Os valores de despesas correntes para os anos seguintes foram também atualizados à taxa de 0,9% ao ano, com os devidos ajustes relativos a compromissos plurianuais resultantes de contratos protocolos e acordos. -----

-----Os encargos com juros foram calculados de acordo com dados fornecidos pelas instituições bancárias, juros com *leasings*, bem como uma estimativa para juros a suportar com o acordo de regularização de dívida à empresa “Águas do Vale do Tejo S.A.”. -----

-----Quanto às rubricas de despesa com pessoal, disse que foram dotadas tendo em conta o Mapa de Pessoal para dois mil e vinte e dois, estando previstos os aumentos para dois mil e vinte e dois de acordo com os dados atualmente disponíveis, nomeadamente o aumento do salário

mínimo e a atualização salarial da função pública. Estão também previstas despesas para novos recrutamentos, que deverão ser eventualmente atualizadas caso sejam de facto abertos procedimentos de contratação. -----

-----Mais disse que, estão igualmente previstas despesas correntes com os diversos eventos a realizar em dois mil e vinte e dois, com base nas informações fornecidas pelas diversas secções do Município, devendo-se ter em consideração que poderão haver limitações à realização de eventos caso a situação de pandemia se mantenha ao longo de dois mil e vinte e dois. - -----

-----Acerca das transferências, disse que foram orçamentadas de acordo com valores a transferir para Freguesias, Associações, apoios a conceder a particulares, tais como bolsas de estudo, programas ocupacionais cofinanciados pelo instituto de Emprego e Formação Profissional. Estão, ainda, previstos cem mil euros de transferências correntes a atribuir às Freguesias no âmbito das transferências de competências através da realização de acordos com o Município. -----

-----Foram igualmente acauteladas situações de apoio social mediante as informações obtidas junto da Secção de Ação Social, pelo que deverão ser desenvolvidas medidas para auxiliar os munícipes em dificuldades, pelo que deverão ser criados programas que utilizem esta verba de forma eficiente, podendo a mesma ser reajustada consoante as situações detetadas. Estão também previstos apoios no âmbito da educação, que passam por medidas já aplicadas em anos anteriores, tal como a oferta de material escolar. -----

-----Em relação às rubricas de despesas de capital, clarificou que foram dotadas de acordo com informações relativas a diversos projetos a decorrer, custos com empréstimos, bem como de acordo com as obras a que o Executivo se propõe realizar em dois mil e vinte e dois e anos seguintes, sendo que a grande parte das despesas só serão realizadas se as mesmas forem efetivamente cofinanciadas por fundos comunitários. -----

-----Dentro das obras que o Município se propõe realizar em dois mil e vinte e dois, comunicou que a prioridade será dada aos investimentos cujos procedimentos já se iniciaram em dois mil e vinte e um, nomeadamente os investimentos na área da Educação, destacando-se a requalificação da Escola EB 2/3 Sacadura Cabral cujo investimento previsto totaliza 1.318.576,60€, valor que deverá ser ajustado de acordo com a execução ainda a realizar em dois mil e vinte e um. Estão também previstos para dois mil e vinte e dois a conclusão dos investimentos no Jardim de Infância de St.^a Luzia, da requalificação do Largo da Corredoura e do Centro de Recolha Oficial e Parque de Bem Estar Animal de S. Francisco de Assis (canil/gatil). Esta obra resulta de uma parceria entre o Município de Celorico da Beira e o Município de Gouveia com participações da CCDRC e do Município de Gouveia, estando já prevista uma segunda fase para melhorias e eventual alargamento do espaço. Também se dotaram as rubricas relativas às obras das Piscinas Municipais e Casas do Castelo, que se esperam concluir ainda em dois mil e vinte e um, mas poderá, eventualmente, transitar alguma dívida para dois mil e vinte e dois.-----

-----Clarificou ainda que, em dois mil e vinte e dois está previsto iniciarem-se os projetos relativos à requalificação do Mercado de Leilão de Gado, requalificação da Escola EB1 da Lageosa do Mondego, requalificação da EN16, requalificação do edifício da Antiga Escola Profissional, Parque Urbano do Escorial e a alteração e requalificação do Parque Industrial da A25, sendo que alguns destes projetos estão dependentes da obtenção de cofinanciamentos.-----

-----No que respeita ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) existem rubricas relativas aos diversos investimentos que o Município planeia efetuar em dois mil e vinte e dois, que abrangem as diversas secções do Município, tais como desporto, águas/saneamento, cultura, turismo e ordenamento do território através de requalificação de estradas e pequenas obras nas Freguesias. -----

-----Continuou dizendo que, estão também previstas despesas com projetos cofinanciados a realizar em parceria com diversas entidades associativas, nomeadamente a Associação de Municípios da Cova da Beira, Associação das Aldeias Históricas de Portugal, Associação de Desenvolvimento Integrado de Aldeias de Montanha e com a Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela.-----

-----Assim, o Orçamento para dois mil e vinte e dois tem um valor global de 12.013.898€, sendo o mesmo inferior em cerca de 1.894.959€ face ao Orçamento inicial de dois mil e vinte e um. De acordo com a Lei, o princípio do equilíbrio orçamental estabelece limites à despesa, já que as receitas correntes têm de cobrir as despesas correntes e as amortizações dos empréstimos.-----

-----Acrescentou que, de uma maneira geral, estes são os aspetos essenciais que compõem o Orçamento, o qual cumpre com o princípio de equilíbrio orçamental imposto pelo RFALEI, devendo esse equilíbrio ser mantido ao longo da execução orçamental, mantendo uma execução de 85%.-----

-----O Orçamento para dois mil e vinte e dois é um orçamento de continuidade relativamente aos anos anteriores, bem como prevê investimentos para os próximos anos. Qualquer variação negativa nas receitas do Município, tal como a esperada nos fundos estatais para dois mil e vinte e dois, nos impostos e na faturação da água ou grande aumento nas despesas correntes poderão ter grande impacto na capacidade do Município em executar alguns projetos previstos. Para o próximo ano esperam-se aumentos de despesa corrente graças à entrada em funcionamento de novas valências (piscinas), bem como um grande aumento nas despesas com transporte devido aos montantes a liquidar à CIMBSE no âmbito do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos. Estas situações enquadradas com a incerteza do atual contexto da pandemia COVID19 poderão resultar na redução das

receitas, que poderão alterar alguns dos pressupostos previstos, que terão de ser, eventualmente, acautelados com modificações orçamentais. -----

-----Adiantou ainda que, o facto do Município já não se encontrar em situação de excesso de endividamento permitirá o acesso a eventuais novos financiamentos bancários que poderão facultar a execução de projetos que não estejam abrangidos por cofinanciamentos comunitários. ---

-----Para concluir, disse que o Orçamento não é um documento estático e poderá ser adaptado às reais necessidades do Município no decorrer de dois mil e vinte e dois, pelo que está sujeito a modificações orçamentais, que deverão ser analisadas e aprovadas nos órgãos competentes.-----

-----Questionados os Senhores Deputados sobre a pretensão de intervir, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado José Miguel** que começou por dizer que no exato dia em que é discutido o Orçamento Municipal para o ano de dois mil e vinte e dois, a imprensa nacional ecoou o nome de Celorico da Beira e não pelos melhores motivos. O Município de Celorico da Beira está entre os vinte Municípios portugueses que excederam, em dois mil e vinte, o limite da dívida total definido no regime financeiro das Autarquias Locais. Já se sabe que a resposta será a habitual, que é o pagamento de dívida de executivos anteriores e a pandemia. Não só este argumento não é rigoroso, como o último Executivo, do qual o Senhor Presidente é continuidade, fez baluarte do equilíbrio das contas públicas municipais e afirmou publicamente que o esforço dos últimos quatro anos iria retirar o Município de Celorico da Beira da situação de reequilíbrio financeiro. No entanto, a presente notícia traz alguma incerteza sobre a estabilidade financeira anunciada. Mas quanto ao orçamento em apreço, fazendo-se uma análise transversal, permite concluir que as receitas estimadas estão sobrevalorizadas, pelo que este orçamento é utópico e irrealista, assim como o orçamento para dois mil e vinte e um também o foi. Salientou que o Orçamento para o ano que agora termina já foi alterado em reunião de Câmara por doze vezes, por outro lado já foi aprovada na

presente Assembleia a segunda revisão do orçamento de dois mil e vinte e um, o que significa que entre alterações e revisões, o Orçamento de dois mil e vinte e um do Município de Celorico da Beira já foi modificado catorze vezes, traduzindo-se em mais de uma alteração por mês. Se o exposto ainda não é suficiente para esmorecer os mais crédulos, importa recordar que o Orçamento Municipal é por definição uma previsão de receitas e despesas para um determinado período económico, que é de um ano civil, ou seja, o Orçamento é anual, o que significa que um Orçamento programado e melhor executado, salvo razões ponderosas, não necessitará de ser modificado ou precisará de ser modificado poucas vezes. Pois bem, o orçamento de dois mil e vinte e um foi modificado catorze vezes ao longo do presente ano, isto quando o anterior Executivo fez bandeira do arrimo e do acerto das contas públicas. Assim sendo, transmitiu que o Orçamento para dois mil e vinte e dois é inexato e terá de ser alterado várias vezes ao longo do ano, essencialmente, por uma razão, o Orçamento de Estado para dois mil e vinte e dois previa um corte nas transferências para o Município, na ordem dos quinhentos e trinta e sete mil euros. No entanto existem Municípios que já acautelaram essa situação na elaboração dos seus Orçamentos para o próximo ano. Sucede que, o Orçamento apresentado foi elaborado com base nas transferências do ano de dois mil e vinte e um, o que revela imprudência em face da previsão do que irá acontecer em dois mil e vinte e dois, existindo, dessa forma, a inevitabilidade de se vir a alterar o Orçamento. O mais inusitado é que a nota informativa que acompanha a presente proposta de Orçamento já assume expressamente que vão existir cortes e que o Orçamento do próximo ano terá de ser alterado. Nesse sentido reportou-se à página 4 do documento em análise lendo o seguinte: *“Apesar desse corte não estar refletido neste orçamento para 2022 da Autarquia, é de expectar que haja um corte efetivo, situação que terá de ser acautelada no decorrer do ano de 2022”*. Pretendeu com isto dizer que o presente Orçamento foi elaborado em receitas previstas, que o próprio assume que não vai obter

ao longo do ano de dois mil e vinte e dois. Mas presume-se porque assim seja, pois para haver mais receitas permite prever mais despesas, as quais podem ser perfeitamente adstritas a fins diferentes dos previstos, mediante uma mera alteração do Orçamento. No final do ano faz-se uma revisão orçamental para rever em baixa as despesas e ou as receitas e tem-se um orçamento que é servido, polvilhado com uma irrepreensível taxa de execução. Este é um problema estrutural do Orçamento, porém, não se pode ignorar que para além da estrutura, existem sérios problemas nos acabamentos. Estão previstas obras de monta, calculadas em mais de um milhão de euros, que estão orçamentadas sem previsão de qualquer apoio comunitário. Os custos com pessoal são uma das fatias mais avultadas deste Orçamento, o que faz do Município um dos maiores empregadores do Concelho. Está prevista uma transferência de cento e vinte e cinco mil euros, para a *Geopark* da Serra da Estrela, sem que esteja comprovado um retorno direto dessa participação para o Município. Os apoios sociais às empresas que sejam relevantes ou não estão previstos ou não se conseguem vislumbrar.-----

-----Por fim disse que por tudo e por muito mais que poderia ser dito, os membros diretamente eleitos pelo Partido Socialista não vêm outra alternativa que não seja a de votar contra a presente proposta de Orçamento, na certeza, porém, de que o Orçamento que foi hoje votado vai ser desconfigurado e desmembrado mediante opulentas alterações e revisões ao longo do ano de dois mil e vinte e dois, tal como a experiência passada o demonstra e como o próprio Orçamento assume que vai acontecer.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** agradeceu a exposição do Senhor Deputado, com a qual está no essencial em desacordo, começando pelo primeiro ponto que não lhe parece de todo enquadrável naquilo que é a sua responsabilidade. Em relação à notícia que refere que tanto Celorico da Beira, bem como alguns Municípios estavam com excesso

de endividamento no ano de dois mil e vinte referiu que o Município de Celorico da Beira ultrapassou o excesso de endividamento em fevereiro de dois mil e vinte e um e, no momento, estão um milhão abaixo da dívida permitida por Lei. Portanto, todos esses dados dizem respeito a uma realidade que não é da sua responsabilidade e, sim da gestão Socialista no Município, que os obrigou a um processo habitual, em que normalmente o PSD vem ajustar as contas que são desajustadas pelo PS e isso é uma constatação histórica.-----

-----Sobre a questão das alterações orçamentais gostaria que fizessem uma revisão ao histórico dos últimos mandatos, analisando a quantidade de alterações orçamentais que têm sido efetuadas todos os anos, no sentido de se verificar se existe uma diferença significativa entre as doze alterações orçamentais que aconteceram e aquilo que tem acontecido nos anos anteriores. Está ciente que não haverá diferença naquilo que tem sido o padrão de intervencionar os orçamentos ao longo do ano. Até porque acredita que, pela desigualdade de tratamento e pelas assimetrias das Câmaras pequenas, os milhões do PRR irão ficar maioritariamente nas zonas metropolitanas de Lisboa e do Porto, e em mais algumas zonas, nomeadamente no Algarve por força do turismo. Assim como o metro, a TAP, a EFACEC e outras empresas que irão canalizar aquilo que é, precisamente, a maioria das verbas que deveriam ser bem distribuídas por todos e, sobretudo, dentro daquilo que deveria ser uma desigualdade justa, fazendo-se um equilíbrio, uma proporcionalidade entre o número de pessoas que estão concentradas em poucos lugares e a dimensão do território, senão a maioria do território fica deserta e com mais dificuldades. Por conseguinte, a questão das alterações orçamentais tem a ver com estas situações e em grande medida com a problemática da pandemia que trouxe mais custos para o Município, uma vez que a nível dos transportes, as Autarquias viram-se confrontadas com, praticamente, uma obrigatoriedade em pagar às empresas de transporte ou então, estas, deixam de efetuar o transporte dos alunos. Enquanto, em Lisboa e no Porto

são canalizados milhões de euros para os passes sociais, no interior vêem-se confrontados com uma despesa de alguns milhares de euros para poderem acudir a estas necessidades, o que obriga a intervencionar ao longo do ano. A este propósito, referiu que a Câmara já disponibilizou cerca de trezentos mil euros para ajudar quem precisa, como os agricultores, o comércio local, as IPSS's e a população em geral. Obviamente que tudo isso obriga a modificar os orçamentos, para além de que, também, o próprio desenrolar das obras tem ficado aquém do projetado, não por responsabilidade da Câmara, uma vez que tem cumprido com as obrigações, mas a verdade é que se o empreiteiro não tem capacidade de execução no imediato, têm que proceder a ajustamentos. Nesse sentido, salientou que o Orçamento não é um documento fechado, mas dinâmico e, se houver necessidade de modificações, sem o desvirtuar, fá-lo-ão.-----

-----Quanto à Revisão Orçamental é uma prática habitual, visto que as contas têm que ser ajustadas face àquilo que é a realidade, existindo um equilíbrio entre a receita e a despesa. -----

-----Acrescentou, ainda, que a Câmara não é uma empresa privada, cujo objetivo principal é o lucro, mas tem um fim social, o que significa que não trabalham para a obtenção de lucro, mas para responder às necessidades dos munícipes.-----

-----Ainda sobre o Orçamento mencionou que, de facto, há uma possibilidade das verbas estatais diminuírem, uma vez que o Orçamento do Estado ainda não foi aprovado. Perante a situação, têm que, dentro de algum realismo, considerar o ajustamento das verbas que irão transitar para o próximo ano, de forma a compensar o corte das verbas do FEF. Portanto, acredita que haverá um equilíbrio e uma capacidade de resposta neste Orçamento, que não é ilusório nem irrealista, uma vez que procuram ser sempre o mais correto possível. -----

-----Disse, ainda, ser verdade que há uma parte de despesa, como acontece com todos os Municípios, que não é financiada pelos fundos

européus, que existem, sobretudo, para dar resposta às obras para as quais não teriam capacidade financeira de as executar. -----

-----No que respeita à despesa com o pessoal, disse existir uma diminuição significativa, relativamente àquilo que foi a governação do PS na Câmara, inclusive houve uma altura em que esta Autarquia chegou a ter quatrocentos funcionários. Neste momento, por força de aposentações e algumas mobilidades, houve uma diminuição de trinta a quarenta trabalhadores. Por conseguinte e por força das circunstâncias, que não permitiam fazer contratações, existe um défice a nível de Assistentes Operacionais, não podendo exigir que se faça mais com menos pessoal. Por fim, disse que tendo em conta que atualmente existem cerca de cento e setenta funcionários, considera que devem ser justos atendendo aos factos e não a insinuações que levam muitas vezes a mensagens enganadoras, esclarecendo adequadamente as pessoas. -----

-----Pedi a palavra o Senhor **Deputado Carlos Cunha** para dizer que relativamente à intervenção do Senhor Deputado José Miguel, quando refere que nas alterações e revisões orçamentais tem que existir rigor e seriedade, têm de se efetuar alterações as vezes que forem necessárias, tal como o Senhor Presidente referiu. O que o PSD implementou, em Celorico da Beira, é que o Orçamento seja o mais correto e que reflita um maior rigor nas contas do Município. Visto que a bancada do PS votou contra a presente Revisão do Orçamento, pretendeu saber se foi, pelo elevado número de alterações orçamentais ou por alguma situação mencionada na própria Revisão. -----

-----Quanto à notícia publicada, relativa ao Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, a mesma diz que: "*Ainda persistiram vinte municípios portugueses que excederam o limite da dívida total...*". No entanto, como o Senhor Presidente já mencionou, estes são dados relativos ao ano de dois mil e vinte. Continuou dizendo que esse documento refere igualmente os Municípios com menor dimensão do passivo exigível em dois

mil e vinte, em que Celorico da Beira se posiciona nos cinquenta primeiros, conseguindo reduzir a dívida em um milhão, setecentos e trinta mil, cento e sessenta e três euros. Acrescentou ainda que, segundo os gráficos apresentados no Anuário Financeiro, o ano de dois mil e onze foi o ano em que o passivo aumentou, assim como, também, foi o ano em que entrou no Governo o Dr. Pedro Passos Coelho que obrigou as Câmaras, incluindo a de Celorico da Beira, a reduzir a dívida, sendo na altura governada pelo PS. Disse que, porventura, foi efetuada uma diminuição da dívida, mas em dois mil e vinte ainda se encontrava em excesso de endividamento. No entanto, para dois mil e vinte e um, estava programada a saída do saneamento financeiro e, nesse sentido, pretendeu saber qual a situação do Município em relação ao saneamento financeiro, pois têm de ser sérios e rigorosos a controlar as contas. Congratulou-se pelo Orçamento apresentado, uma vez que tem em conta o que foi feito nos últimos quatro anos, mostrando ser rigoroso, de claro investimento em Celorico da Beira e, por essa razão, a bancada do PSD irá votar favoravelmente. -----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia passou a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal** que, mais uma vez, esclareceu que o Município de Celorico da Beira saiu do excesso de endividamento em fevereiro de dois mil e vinte e um, no entanto ainda falta o visto do Tribunal de Contas e da DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais. Acrescentou, ainda, que no anterior Executivo PS, a Câmara teve um prazo de pagamento aos fornecedores de mais de mil dias, sendo que, atualmente está a pagar ao comércio local num prazo de trinta dias e aos fornecedores fora do Concelho num prazo de noventa dias. Portanto, a Câmara cumpre, escrupulosamente, todos os seus compromissos em tempo razoável e está a baixar significativamente a sua dívida. Adiantou ainda que, há quatro anos, a dívida era de dezoito milhões e meio de euros e, atualmente está, basicamente, um milhão abaixo daquilo que é o limite da dívida. -----

-----Dada a palavra ao Senhor **Deputado Joaquim Abreu** que, após cumprimentar todos os presentes, acrescentou que durante o último mandato, quem acompanhou o evoluir das contas, deve lembrar-se que o Executivo foi para além dos dez por cento a que estava obrigado a pagar, chegando quase aos vinte e cinco por cento, num dos anos de poupança. Portanto, este Executivo, não só pagou, como acelerou esse pagamento para, atualmente, poderem ter melhores condições, permitindo mais confiança no investimento. -----

-----Pedi a palavra o Senhor **Deputado José Miguel** e no uso da mesma, disse que, quanto ao número de alterações ao orçamento que foram efetuadas anteriormente, mesmo não tendo sido Deputado em Executivos anteriores teria manifestado a sua posição de igual forma, uma vez que o orçamento pressupõe alguma estabilidade e por isso é um documento financeiro anual. -----

-----Proseguiu dizendo que, quanto ao pretenso e injusto tratamento do Município de Celorico da Beira pelo Partido Socialista lembrou que os maiores investimentos que o Município recebeu, foram atribuídos pelo PS. -

-----Por fim, disse que, o surpreendeu a crítica visceral e mordaz que o Senhor Presidente fez aos anteriores vinte e seis anos de outros governos plenamente responsáveis pelo estado a que se chegou hoje, no entanto foi assessor de um desses governos que afincadamente criticou e que responsabiliza pelo momento que atravessam. -----

-----Relativamente às alterações orçamentais, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** salientou que a sua afirmação foi no sentido de que o número de alterações orçamentais não estava fora do padrão de outros Executivos. Assim como, também, não disse que o PS tinha injustiçado Celorico da Beira, apenas se referiu às questões do Orçamento relativamente àquilo que são as práticas de endividamento do PS. Disse que, até mesmo olhando o panorama nacional, pode-se constatar o que

aconteceu, às finanças públicas, no poder do Dr. Mário Soares e do Eng.º José Sócrates, vindo depois o PSD concertar as mesmas, como sempre tem acontecido historicamente, depois da revolução de abril de 1974. -----

-----Em relação aos últimos vinte e quatro anos disse que, quando o Eng.º Faria de Almeida saiu do Município, deixou-o sem dívidas, com as contas equilibradas e com obra feita.-----

-----Quanto à sua anterior passagem pelo Município, reconheceu que durante aproximadamente um ano fez parte de um gabinete, onde esteve ligado ao desporto, contudo não foi responsável pela governação, nem por aquilo que foi o depauperar das finanças da Autarquia. Todavia, a responsabilidade partidária foi de quem governou a Câmara durante vinte e quatro anos. -----

-----No que respeita à questão da dívida disse estar a ser paga, refletindo-se no Orçamento. Salientou que houve meses de pagarem mais de cem mil euros, no entanto, fruto da reestruturação que se efetuou, a despesa tornou-se menor. Em forma de conclusão disse que, apesar da saída do excesso de endividamento, a dívida continua a ser paga, sendo o balanço francamente positivo. -----

-----Dada a palavra à Senhora **Deputada Maria Antónia** reforçou que as alterações e revisões orçamentais podem ter uma leitura de transparência, de honestidade, de saberem reagir em tempo útil e legal, como uma ferramenta perfeitamente aceitável. De modo que, as alterações orçamentais podem ter a leitura de que o Executivo atua de forma transparente e com objetivos bem delineados. -----

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e um votos a favor, duas abstenções e nove votos contra, aprovar o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2022.**-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade. -----

-----**11. MAPA DE PESSOAL PARA 2022** -----

-----Sobre o assunto em título e dando cumprimento ao estipulado na alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, foi o Mapa de Pessoal para o ano de 2022 colocado a discussão e aprovação deste Órgão, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (9), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão.-----

-----Sobre o assunto em epígrafe, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** clarificou que dentro do quadro de pessoal, por força da aposentação, têm existido alguns desequilíbrios. Atualmente existem dois lugares abertos na categoria de Assistente Técnico e dezanove lugares na categoria de Assistente Operacional, para além daqueles que já fecharam ao longo dos últimos quatro anos, o que comprova uma diminuição significativa do pessoal ao serviço da Câmara e do custo financeiro nesta área. No entanto, houve alguns acréscimos na despesa pela força do descongelamento e das progressões nas carreiras. Adiantou que existe a pretensão em criarem chefias nos serviços, uma vez que, presentemente, a Autarquia não tem Chefes de Divisão nem Diretores de Departamento. Contudo, a dimensão da Câmara remete para Chefes de Divisão e considera que isso não são custos, é uma necessidade de forma a melhorar o funcionamento de uma estrutura desta dimensão. A este propósito, referiu ser intenção que essa figura regresse à Câmara, já no ano de dois mil e vinte e dois, dado que em tempos existiram dois Chefes de Divisão, contribuindo para a organização e melhoria dos serviços à população. -----

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e dois votos a favor e nove abstenções, aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2022.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.*-----

-----**12. APROVAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA**-----

-----Sobre o assunto em título e dando cumprimento ao estipulado no artigo 15.º do Decreto-Lei número 21/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação, foi a 1.ª Revisão da Carta Educativa do Município de Celorico da Beira colocada a discussão e aprovação deste Órgão, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (10), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que a Carta Educativa é um documento muito importante para estruturar todo o processo desde o ensino pré-escolar até ao secundário. Por conseguinte, tendo em consideração a existência de um vazio relativamente a este processo, elaborou-se a primeira revisão da Carta Educativa que era uma necessidade e uma exigência.-----

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com trinta votos a favor e uma abstenção, aprovar a 1ª revisão da Carta Educativa do Município de Celorico da Beira.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.*-----

-----**13. ELEIÇÃO DE DOIS MEMBROS PARA A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA**-----

-----A Senhora **Presidente da Assembleia** informou que nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 83.º, da Lei 75/2013, de 12/09, a Assembleia Intermunicipal é constituída por membros de cada Assembleia Municipal, sendo que, no caso de Celorico da Beira, são dois membros. Nos termos do disposto no n.º 2, do referido artigo, a eleição ocorre em cada Assembleia Municipal pelo colégio eleitoral, constituído pelo conjunto dos membros eleitos diretamente, mediante a apresentação de listas que não podem ter um número de candidatos superior a 2 e que devem apresentar, pelo menos, 1 suplente. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** disse que se iria proceder à votação para a eleição de dois membros para a Assembleia Intermunicipal, desta feita, de forma adequada, votando somente os membros eleitos diretamente pelo colégio eleitoral. -----

-----Foi entregue à Mesa uma proposta de acordo com a representatividade das forças que constituem a Assembleia Municipal, propondo para a Assembleia Intermunicipal da CIM das Beiras e Serra da Estrela, designada por Lista A, os seguintes elementos:-----

-----**Efetivos:** -----

-----Joaquim Lopes de Abreu – PPD/PSD;-----

-----José Miguel Neves Figueiredo - PS. -----

-----**Suplentes:** -----

-----Carlos Miguel da Costa Cunha – PPD/PSD;-----

-----Ana Cláudia Rodrigues Marques - PS. -----

-----Seguidamente, de acordo com a Lei, procedeu-se por escrutínio secreto à eleição de dois membros para a Assembleia Intermunicipal da CIM das Beiras e Serra da Estrela. -----

-----**Face aos resultados, a Senhora Presidente da Assembleia informou que a Lista A foi eleita por unanimidade.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.* -----

-----**14. RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO** -----

-----Foi presente para conhecimento o Relatório do Auditor Externo relativo ao primeiro semestre de dois mil e vinte e um, documento cuja cópia se anexa a esta ata (11), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão.-----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.** -----

-----**15. ALARGAMENTO CAMINHO ANTIGO DE CASAS DO RIO** -----

-----Foi presente proposta, para conhecimento, documento relativo ao acordo de cedência de parcela de terreno para domínio público municipal, que foi aprovada em reunião de Câmara realizada no dia vinte e dois de setembro de dois mil e vinte e um, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (12), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.** -----

-----**16. RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA 1ª REVISÃO DO PDM E VERSÃO FINAL** -----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente para aprovação a versão final da 1ª Revisão do PDM. -----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal** que, sobre o assunto em epígrafe, elucidou que o PDM – Plano Diretor Municipal é um documento

fundamental em termos de ordenamento do território e que dirige as várias intervenções ao nível urbano, industrial e comercial, serviços e áreas protegidas. O PDM que está em vigor datava dos anos noventa, o que justifica a sua revisão, a qual já estava em curso há cerca de quinze anos, embora o tempo normal de vigência seja de dez anos. A evolução dos tempos traz uma maior exigência em relação à preservação do ambiente e dos recursos. A falta de ordenamento traz prejuízos a vários níveis, nomeadamente ao nível financeiro e ambiental, entre outros. Se há alguns anos os Planos eram de expansão, agora são, sobretudo, de contração, uma vez que existe um tecido urbano ao abandono. Nessa sequência, os sucessivos Governos, têm praticado uma política de reabilitação urbana, que se traduz num fator de economia financeira, dado que, nos centros urbanos, existem todas as infraestruturas necessárias. Perante o exposto, e por força de imposições legais, todo o espírito do PDM aponta na direção de uma concentração, tendo, também, em consideração que uma parte significativa do Concelho encontra-se na área protegida do Parque Natural da Serra da Estrela, onde as restrições são maiores. De um modo genérico, o presente PDM está concluído, e após ter sido submetido a discussão pública durante trinta dias, encontra-se agora no seu epílogo.-----

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a versão final da 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.*-----

-----Por último, a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** desejou a todos os presentes votos de um Feliz Natal, com muita saúde e um Próspero Ano Novo, tendo a esperança de que a realidade que estão a viver se altere, que esta pandemia possa atenuar e até desaparecer.-----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, eram vinte e três horas e trinta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.

----- A Presidente da Mesa -----

----- A Primeira Secretária -----

----- O Segundo Secretário -----
